

Cardoso não paga aumentos da Câmara e do STF

Regina Santos

São Paulo — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, acompanhará a decisão do presidente Itamar Franco e não vai autorizar o pagamento dos salários dos deputados e do Poder Judiciário, caso o Senado Federal confirme o aumento dos vencimentos. “Eu tenho que cumprir a lei, mas cumprio a lei no limite da defesa do interesse nacional”, afirmou, ao desembarcar no Aeroporto Internacional de Cumbica, depois de uma viagem de quatro dias a Nova Iorque. O ministro classificou a atitude dos deputados “como uma sabotagem ao País” e lamentou que o seu próprio partido, o PSDB, não tenha se ausentado do plenário da Câmara dos Deputados durante a votação dos vetos do presidente Itamar Franco.

Fernando Henrique manteve-se informado da crise política que tomou conta do País, pelo próprio presidente Itamar Franco, que o consultou sobre a íntegra da nota divulgada na sexta-feira à noite. Para ele, apesar da gravidade da atitude dos parlamentares, não há motivos para se falar em fechamento do Congresso Nacional. “Temos que manter a Constituição de toda forma e creio que isso não passa pela cabeça de nenhum militar responsável”. Fernando Henrique classificou como “exemplar” o comportamento dos militares, mas não concorda que a atitude irresponsável dos parlamentares sirva de pretexto para um ataque ao Congresso como instituição e à democracia.

Apelo — O ministro apelou ao bom senso dos seus colegas no Senado para que impeçam o aumento salarial que os deputados decidiram dar a si próprios. O ministro qualificou novamente o episódio de “sabotagem ao plano e ao País”, mas



Cardoso: “Cumpro a lei no limite da defesa do interesse nacional”

afastou a hipótese de crise com os militares. Ele espera que o Senado reverta a situação ao votar os vetos do presidente Itamar Franco à lei da isonomia, cuja derrubada na Câmara dos Deputados, na semana passada, abriu caminho para um aumento de 10,9% nos salários dos servidores do Judiciário, Legislativo e Ministério Público.

“Espero que o Senado não

aprove esse aumento. A derrubada do veto não se justifica e espero que o senadores corrijam este erro. Não faz sentido um setor querer alguma vantagem num momento em que estamos todos num esforço para não haver nem ganhos nem perdas salariais a ninguém”, comentou, aproveitando a ocasião para elogiar a participação do Senado Federal no fechamento do acordo da dívida ex-

terna com os bancos privados. Normalmente brincalhão, o ministro respondeu, em tom sério, que a insatisfação dos militares com os deputados e juizes não traz ameaças à democracia.

A crítica dos militares restringe-se às pessoas, e não às instituições, argumentou Fernando Henrique.

“Os militares têm tido compreensão que o Governo tem negado todos os pedidos de aumentos salariais e não apenas os deles. Não acho que é uma questão de justiça, pois todos sabemos que o salário mínimo e muito baixo e o grosso do funcionalismo ganha muito mal. Eles entenderam que apesar de terem direito, nós não temos condições de dar aumento. A irritação é natural, já que eles apertaram os cintos e vêem que há outros que não querem apertar também. Mas isso não é motivo para nenhuma crítica à democracia e não passa pela cabeça de nenhum militar responsável o desrespeito à Constituição”, declarou o ministro.

Fernando Henrique acha que está havendo uma má interpretação, por parte do Judiciário, da chamada independência entre os poderes. Para ele, o Judiciário — que interpretou a medida provisória da URV de modo a aumentar os vencimentos dos juizes — deve ter autonomia plena nos julgamentos, mas não deve interferir nas questões relativas aos gastos do Governo.

“Eles são cidadãos como os outros. Devem ter autonomia nos julgamentos das matérias, como rege a Constituição em relação à harmonia entre os poderes. Mas, no que diz respeito à programação financeira nacional, aí temos que ter outros critérios”, afirmou Fernando Henrique Cardoso.